YOUTUBE. Cores do açaí | XX Prêmio Arte na Escola Cidadã | Ensino Fundamental 2. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=d8CMO-DY DXxk&feature=youtu.be. Acesso em: 17 jul. 2020.

YOUTUBE. Ubuntu - Sou porque somos | XX Prêmio Arte na Escola Cidadã
| Ensino Fundamental 1. Disponível em: https:// www.youtube.com/watch?v=Mf wa5qova1I&feature=youtu.be. Acesso em: 16 jul. 2020.

YOUTUBE. Universo fotográfico infantil | XX Prêmio Arte na Escola Cidadã
| Educação Infantil. Disponível em: https://www. youtube.com/watch?v=zEIt93N LBMk&feature=youtu.be. Acesso em: 16 jul. 2020.

A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA E O PROCESSO ESCOLAR

JULIANA DE ALMEIDA PRADO

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo propor uma reflexão em torno da importância da participação da família na vida escolar dos filhos de modo a favorecer a evolução e o sucesso escolar dos mesmos em seus processos de escolarização. Pretende-se elencar a importância da família no acompanhamento e participação constante nos processos de alfabetização, assim como mostrar que, apesar de as famílias contemporâneas estarem submetidas a uma rotina corrida e exaustiva, é extremamente necessário que acompanhem a vida escolar dos filhos, para que, desta forma, a sociedade como um todo alcance uma melhoria educacional. Não se pretende aqui esgotar o assunto, mas possibilitar ao leitor uma reflexão aprofundada quanto as questões tratadas, ampliando horizontes de sabedoria a respeito da importância da relação família-escola e o sucesso escolar dos filhos/alunos.

Palavras-chave: família contemporânea; relação família-escola; desenvolvimento escolar; processo de alfabetização.

INTRODUÇÃO

Durante curso de especialização em Práticas de Alfabetização e Letramento, um discurso que me tocou foi o de que para termos uma educação de qualidade é fundamental que a escola mantenha uma relação de parceria com as famílias de modo a desenvolver os alunos de maneira integral, favorecendo diretamente seu processo de escolarização, desenvolvimento e alfabetização.

Com isso, surgiram-me as dúvidas: Como a educação integral pode ser estabelecida? Quais as possibilidades de participação dos pais na vida escolar dos filhos? Qual a importância dessa participação? De que forma é possível que famílias favoreçam o avanço cognitivo de filhos/alunos e o processo de alfabetização?

A partir daí, passei a questionar os professores sobre o assunto e conforme o curso se estendia, as discussões sobre o tema foram me interessando cada vez mais. Através dos questionamentos, discussões e leituras, pude aprofundar meus conhecimentos em torno da temática.

O objetivo geral deste trabalho consiste em ampliar os conhecimentos teóricos sobre a importância da participação da família na vida escolar dos filhos, bem como apresentar formas de participação das famílias na vida escolar das crianças, apontando a importância da participação ativa dos pais ou responsáveis no processo de alfabetização e letramento dos filhos/alunos.

Na primeira abordagem - “A família na sociedade contemporânea” - traz uma reflexão sobre as transformações ocorridas na instituição família ao longo da história. Na segunda abordagem - “A importância da família na vida escolar dos filhos” - apresenta a influência da família na vida escolar dos filhos, apontando as consequências positivas de uma participação comprometida e engajada no processo de escolarização. Na terceira abordagem - “Família e Escola: Parceiras no processo de alfabetização” - traz a importância da família no processo de aprendizagem dos filhos/alunos no que se refere ao sistema de leitura e escrita.

Para a realização deste trabalho, foramutilizados conceitos e reflexões de autores, como Szymanski (2004), Resende (2009), Miranda (2000), Luck (s/a), Grollman (1990), Larocca (1999), Machado (1994), Bernardino (2005). Também foram mencionados documentos legislativos como a Constituição Federal de 1988, o Código Civil Brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996.

A Família na sociedade contemporânea

A "família", ao longo dos tempos, vem sofrendo profundas transformações. De acordo com Segalen (1993, apud Nogueira, 2005), "família" não é um simples fenômeno natural, é uma instituição cultural que apresenta configurações próprias em cada sociedade e em cada momento histórico.
Quando se observa a constituição da instituição "família", é possível afirmar que esta sofre profundas influências das circunstâncias econômicas, culturais e políticas da época vigente. Com isso, desde meados do século XX, especificamente em suas últimas décadas, as novas descobertas científicas, tecnológicas, econômicas e sociais afetaram intensamente esta instituição, dando origem a "família contemporânea", com peculiaridades e características, muito diferentes das de anos anteriores.
A composição das famílias era baseada emum padrão representado pela presença de um pai, uma mãe e filhos, sendo o pai o provedor, ocupando a posição mais alta na hierarquia de poder, e a mãe a do lar, responsável pelo bem-estar e educação da prole. Apesar de este padrão ainda ser tido como modelo nos dias de hoje, podem ser vistas, atualmente, em grande quantidade, outras variantes de composição familiar, desde a mais simples, formada apenas por pais e filhos, como as formadas por casais vindos de outros relacionamentos, por homossexuais, por avós e netos etc. (SZYMANSKI, 2004). Apesar de o século XX ter mostrado um cenário com grandes transformações na estrutura das famílias, ainda hoje, é possível observar características comuns entre a família contemporânea e a família de épocas passadas, como a autoridade do pai, herança advinda da cultura romana, o caráter sacramental do casamento, originado no século XVI, a solidariedade, afetividade, abnegação e desprendimento existente entre os membros da família, advindos da cultura portuguesa; etc. (RIGONATTI, 2003).

A inserção das mulheres no mercado de trabalho, a prorrogação do casamento, o aumento da taxa de divórcios, a diversificação dos arranjos familiares e a limitação da prole são algumas das mudanças advindas do século XX. Em consequência disso, a família contemporânea vive as consequências das mutações ocorridas no século passado. Segundo Romanelli (2005, p.77):

Uma das transformações mais significativas da vida doméstica e que redunda em mudanças na dinâmica é a crescente participação do sexo feminino na força de trabalho, em consequência das dificuldades enfrentadas pelas famílias.

Em 1988, a Constituição Federal fez apontamentos sobre as novas organizações familiares, expandindo o conceito de família para além da perspectiva "essencialista" que, segundo Szymanski (2004), é um modelo de família que, durante muito tempo, foi concebido como sendo o modelo ideal.
A Constituição citada acima apresenta no art. 5º inciso I que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações"; no art. 226º § 3º que "para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão emcasamento". No
§ 4º "entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes". No § 5º "os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher";
Hoje, a força do modelo de família "essencialista" ainda é tão intensa que pode gerar sentimentos de "marginalização" naqueles que se organizam de maneira diferente, ou seja, é possível que se sintam excluídos da sociedade. Muitas pessoas, inclusive educadores e psicólogos, quando pensam em constituição familiar tem-se como parâmetro o modelo "essencialista".
Devido à diversidade das uniões estáveis que se estabelecem na sociedade contemporânea, faz-se necessário pensar em famílias e não mais em família. Acredita-se que na contemporaneidade é preciso ampliar o olhar ao definir o conceito do que vem a ser a família contemporânea, a fim de considerar as peculiaridades das "famílias vividas" (SZYMANSKI, 2004). Szymanski (2004, p.7) mostra a definição do termo "família vivida":

[...] família vivida é um grupo de pessoas que convivem reconhecendo-se como família, propondo-se a ter entre si uma ligação afetiva duradoura, incluindo o compromisso de uma relação de cuidado contínuo entre os adultos e deles com as crianças, jovens e idosos.

O atual Código Civil Brasileiro (Lei 10.406

de 10 de janeiro de 2002) encontra-se em vigor desde 11 de janeiro de 2003 e considera como estável qualquer união entre pessoas que se gostam e se respeitam. Segundo Genofre (1997, s/p):

[...] o traço dominante da evolução da família é sua tendência a se tornar um grupo cada vez menos organizado e hierarquizado e que cada vez mais se funda na afeição mútua.

Independentemente de a Família se modificar ao longo da história, esta instituição continua sendo um sistema de vínculos afetivos em que se dá todo o processo de humanização do indivíduo. Este vínculo contribui de forma positiva para o bom desempenho escolar da criança.
Em decorrência das transformações vividas pela instituição familiar no século XX, mais especificamente a participação crescente da mulher no mercado de trabalho, surge, na Escola, a "ideologia da parentocracia" (BROWN, 1990 apud RESENDE, 2009), que consiste na conclusão de que o principal fator de influência nos resultados educacionais dos indivíduos é o envolvimento dos pais em sua vida escolar, ou seja, as pessoas que compartilham esta ideologia acreditam que se os pais deixam de acompanhar a trajetória escolar dos filhos, estes terão grandes possibilidades de apresentarem dificuldades em seu processo de aprendizado.
Os fiéis a esta ideologia responsabilizam as famílias por problemas escolares, como indisciplina ou baixo desempenho dos alunos, e qualifica-as como omissas, ausentes, desestruturadas, desinteressadas, pouco participativas. No entanto, para Lahire (1997 apud Resende, 2009) mesmo quando as condições familiares realmente impedem qualquer tipo de atenção à escolaridade dos filhos, o termo "omissão" não se mostra adequado, por sugerir uma ideia de que os pais optaram por praticar tal ação, podendo não corresponder à realidade, já que estes pais podem agir desta forma por não terem alternativa.
Resende (2009, p.78) ainda nos afirma que:

Diante da complexidade do problema do sucesso/fracasso escolar, esta se revela uma abordagem reducionista, que mistifica a realidade ao camuflar outros possíveis fatores de influência. Cabe lembrar que, na história da educação brasileira, isso já aconteceu em momentos anteriores, nos quais se explicou o "fracasso da/na escola", prioritariamente, pela ideologia do dom, depois pela ideologia da deficiência cultural, dentre outras.

Silva (2003 apud Resende, 2009, p.78) ainda afirma que:

A ideologia da parentocracia contribui para a reprodução das desigualdades sociais, ao responsabilizar as famílias pelo sucesso ou insucesso dos educandos, desresponsabilizando o Estado e culpando as vítimas.

O século XXI vive mudanças até então desconhecidas na história da humanidade, tais mudanças podem ser vistas em diversos âmbitos, como na área dos transportes, da informação/comunicação, da tecnociência e da medicina. Segundo Miranda (2000, p.29):

No século XXI assistimos a uma corrida desenfreada por novidades, no mesmo movimento em que estas mesmas novidades tornam-se obsoletas. Do cinema mudo à realidade virtual, do telégrafo ao e-mail, do zepelin ao ônibus espacial, as mudanças ocorridas neste século alcançaram um patamar até então desconhecido em milhares de anos da história da humanidade.

As mudanças mencionadas anteriormente aumentaram a expectativa de vida do homem, suas relações espaço-temporais, seu cotidiano, fazendo com que este passasse a viver rodeado por tecnologia etc. Porém, as mudanças ocorridas não foram capazes de garantir a felicidade para o sujeito contemporâneo, assim como gerou neste um sentimento de vazio. Segundo Miranda (2000, s/p) "[...] o progresso não garantiu a felicidade para todos como prometera". As mudanças acabaram construindo a "Sociedade de Consumo" em que o sujeito, homem contemporâneo, através da mídia, "grande anfitriã da sociedade contemporânea" (MIRANDA, 2000), consome não somente objetos materiais, mas valores, padrões, costumes, subjetividades etc.
Santos (s/p apud Miranda, 2000) nos apresenta uma interessante fábula do cotidiano do sujeito urbano, ou, como preferiu chamar, "urbanóide". Abaixo, são apontados alguns momentos da fábula.

Ao acordá-lo, o rádio relógio digital dispara informações sobre o tempo e o trânsito. [...] No seu micro Apple II, sua agenda indica: Reunião agência; 10H - tênis clube; 12H - almoço/ trocar cartão magnético no banco/ trabalhar; 15H - psicoterapia; 18H - shopping/opções: Indiana Jones – BladeRunner Videocassete rose, se ligar/

se não ligar, opções: ler o Nome da Rosa (ECO) – Dallas na TV – dormir com soníferos vitaminados.

Miranda (2000) ressalta que o sujeito da fábula se caracteriza como sendoum protótipo do sujeito contemporâneo, que depois de seguir o dia previsto na agenda do computador, em que até um encontro amoroso é programado antecipadamente, prepara-se para dormir.

[...] Na cama, um sentimento de vazio se fragmenta desordenadamente em imagens, dígitos, signos – tudo leve e sem substância como um fantasma. Nenhuma revolta. Entre a apatia e a satisfação, você dorme.

Grande parte dos sujeitos que compõem as famílias contemporâneas é semelhante ao "urbanóide", que, com sua agenda lotada de compromissos, geralmente pouco acompanham a trajetória escolar dos filhos.
A falta de apoio familiar não se expressa somente no pouco ou inexistente tempo para ajudar em trabalhos escolares, se expressa também no acompanhamento em aspectos fora do âmbito educacional, fazendo com que os jovens passem a maior parte do tempo sem a presença da família. Desta forma podem surgir perigos advindos do meio em que estes jovens estão inseridos, como a entrada no "mundo das drogas", o uso indevido e abusivo da internet, entre outros.
A mobilização familiar é um fator de influência importante no desempenho dos alunos, porém, o discurso parentocrático centraliza os argumentos no sentido de justificar os fracassos escolares através da ausência dos pais na escola e não de auxiliar em uma possível solução para tais fracassos, deixando de tomar as providências necessárias para uma minimização dos pontos fracos dos pais, no que diz respeito à ausência na vida escolar dos filhos.
O fato é que as famílias contemporâneas se organizam de maneiras alternativas, o que as diferencia das famílias de outras épocas. Hoje, pais e mães saem para trabalhar, passando a exercer uma contribuição ativa na renda familiar. Ao cumprir as exigências de seu tempo, muitas famílias do século XXI, muitas vezes sem perceber, abdicam de suas funções, transferindo para escola as responsabilidades de formação cognitiva, afetiva, motora e social.
O contexto capitalista impõe exigências às famílias contemporâneas, com isso é inviável sugerir como solução para o problema "ausência dos pais na vida escolar dos filhos" que estes alterem radicalmente sua rotina, como suspender as atividades profissionais. Para tanto, é preciso que a escola avance para além do discurso da "ideologia da parentocracia", auxiliando os pais a acrescentarem, em sua rotina diária, um momento destinado ao acompanhamento escolar dos filhos.
É inegável a importância de tanto o pai quanto a mãe estarem juntos no momento do auxílio aos filhos. Não no sentido da conjugalidade da família nos moldes tradicionais, a chamada família "essencialista", mas no sentido de todos os integrantes da família se interessarem pela vida escolar das crianças e jovens, cumprindo sua responsabilidade para com a formação dos filhos. Segundo o art. 229 da Constituição Federal "os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade". Segundo Fernandes (2001, p.42):

[...] a família também é responsável pela aprendizagem da criança,já que os pais são os primeiros ensinantes e as atitudes destes frente às emergências de autoria, se repetidas constantemente, irão determinar a modalidade de aprendizagem dos filhos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), no artigo 4º discorre:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar ecomunitária.

Entretanto, tendo em vista a pouca participação das famílias nas escolas, que ainda pode ser vista nos dias de hoje, parece que grande parte destas famílias não consegue mensurar a importância que exercem na vida intra e extraescolar dos filhos. Sendo assim, cabe à escola criar meios de contato com as famílias para transmitir informações a estas que, muitas vezes, pouco ou nada sabem sobre como se dá a aprendizagem, as características de desenvolvimento cognitivo, afetivo, moral e social.
A escola deve conscientizar os pais que é possível e extremamente positivo participarem da vida escolar dos filhos, podendo ser de maneira direta, participação em órgãos de gestão da escola, ou indireta, por meio do apoio mais intensivo a escolaridade

dos filhos (RESENDE, 2009). Assim como expor a estes pais que não cabe incumbir somente à escola o exercício de educar as crianças, já que muitos pais pensam que cabe aos professores, por serem especialistas
em educação, o dever de auxiliar as crianças em todos os aspectos da vida escolar. Há pais que dizem ser este o motivo de mandarem os filhos à escola. A escola deve mostrar também que os pais devem ser parceiros ativos nesta grande construção, que é a educação de uma criança. Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988):

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê ação integrada entre escolas e famílias para efetivar os processos de aprendizagem. Seus artigos apontam o dever das escolas em informar os pais a respeito da importância da parceria entre escola e família:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
(...) VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:
(...) VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.
Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
(...) II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A escola deve fazer com que as famílias contemporâneas incorporem na "agenda do computador" (MIRANDA, 2000) as responsabilidades com relação à educação de seus filhos. A participação de pais ou responsáveis na escola não deve ser no sentido de presença, atuação passiva e de inércia diante da realidade escolar, mas sim engajada, implicando envolvimento, comprometimento e colaboração mútua, ajudando efetivar os objetivos educacionais e garantir o bom desempenho dos filhos na escola. (LUCK, s/a). Luck (s/a, p.47) se aprofunda em sua obra "Sentido e formas da participação em processos de gestão" no conceito de participação engajada, expondo que esta envolve estar presente, oferecer ideias, expressar pensamentos, analisar de forma interativa as situações, envolver-se de forma comprometida no encaminhamento e nas ações necessárias para a efetivação das decisões tomadas. A família deve, portanto, se esforçar para estar presente em todos os momentos da vida dos filhos. O papel dos responsáveis é dar continuidade ao trabalho da escola, criando condições para que os jovens tenham sucesso em sala de aula, assim como fora dela. Segundo Resende (2009, p.77):

[...] ou seja, embora, como em qualquer relação, a qualidade do vínculo entre escola e família dependa sempre de ambas as partes, considera-se caber à escola a iniciativa de promover a aproximação com as famílias e espera-se dos profissionais escolares a proposição de estratégias de interação, a mediação de conflitos, a criação de processos colaborativos.

A escola somente cumprirá seu papel social quando conseguir integrar, efetivamente, a família nas discussões escolares. Sem a participação ativa da sociedade, de um modo geral, no processo pedagógico desenvolvido pela escola, dificilmente formar-se-á alunos integralmente. Segundo Luck (s/a, p. 29):

A participação de todos, nos diferentes níveis de decisão e nas sucessivas fases de atividade, é essencial para assegurar o eficiente desempenho da organização. No entanto, é importante que a participação seja entendida como um processo dinâmico e interativo que vai muito além da tomada de decisão, uma vez que caracterizado pelo inter apoio na convivência do cotidiano da gestão educacional, na busca, por seus agentes, da superação de suas dificuldades e limitações do enfrentamento de seus desafios, do bom cumprimento de sua finalidade social e do desenvolvimento de sua identidade social.

O filho na família contemporânea

No passado, em geral, a procriação constituía a finalidade principal do casamento, já que os filhos representavam uma perspectiva de aumento da renda familiar, um meio de vencer as inseguranças no momento da velhice ou, em casos de famílias mais favorecidas, garantia de sucessão.
Na contemporaneidade, existem meios para con-

trolar o tamanho da prole, conferindo possibilidade de a procriação ser uma decisão do casal. Segundo Segalen (1993 apud NOGUEIRA, 2005, p.159) "em nossas sociedades, as estratégias biológicas e as estratégias educativas articulam-se fortemente às estratégias de reprodução social".
O papel dos filhos passou por profundas modificações, cada vez menos estes são reconhecidos como futura força de trabalho ou garantia de sucessão. Segundo Saraceno (1997apud NOGUEIRA, 2005, p.159) "de elo da cadeia geracional, a criança passa a centro da afetividade familiar, pois vem ao mundo, sobretudo para satisfazer necessidades afetivas e relacionais dos pais".
Os pais, em grande parte das vezes, desejam instalar os filhos da melhor forma possível na sociedade. Para isso, passaram a assumir uma maior responsabilidade pelos êxitos e fracassos destes, preocupando-se em mobilizar estratégias que visam elevar ao máximo a competitividade e as chances de sucesso destes jovens no contexto social.
Os filhos passaram a atuar como um espelho em que os pais enxergam os acertos e os erros de suas concepções e práticas educativas, resultando em sentimentos de orgulho ou frustração (NOGUEIRA, 2005). Segundo Godard (1992 apud NOGUEIRA, 2005, p.572):

Tudo se passa como se o êxito do filho constituísse uma espécie de símbolo do êxito pessoal dos pais, do bem fundado de seus valores e de sua concepção de educação; como se esse êxito se tornasse para os pais um critério fundamental de sua autoestima.

Neste sentido, a escola é reconhecida como uma instância que viabiliza os objetivos educacionais dos pais com relação aos filhos.
A mudança do papel do jovem de uma posição de futura força de trabalho ou garantia de sucessão para unicamente receptor de afeto e cuidados alinha- se aos direitos humanos e consolida-se em 1987 com a Carta Internacional dos Direitos da Criança, que registra o acesso da criança ao estatuto de sujeito de direitos e à dignidade da pessoa.
No Brasil, em termos legais, os direitos infanto-juvenis estão amparados pela Constituição e desdobrados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 1990, e na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996.
Como a educação básica é dirigida, em princípio, a alunos de zero a 17 anos, o ECA se aplica às escolas e aponta explicitamente:
Capítulo IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.
Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
– igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;direito de ser respeitado por seus educadores;
– direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
– direito de organização e participação em entidades estudantis;
– acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.
Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.
Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:
– maus-tratos envolvendo seusalunos;
– reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotadosos recursos escolares;
– elevados níveis de repetência.

A importância da Família na vida escolar dos filhos

O acompanhamento dos pais ou responsáveis na rotina escolar dos filhos é um dos fatores mais importantes para o bom desempenho destes na escola. (GROLLMAN, 1990).
Grande parte das crianças se sente diminuída quando os pais não demonstram interesse por suas atividades escolares ou não reconhecem seu esforço na escola. Estas crianças querem que seus pais os estimulem, orientem e acompanhem seus deveres de casa, assim como os acontecimentos da rotina no interior da escola; o rendimento escolar das crianças cai quando elas não recebem o apoio dos pais.
Quando os pais elogiam e transmitem a ideia de que os filhos são capazes de alcançar os objetivos e metas propostas pela escola, as crianças se sentem capazes de enfrentar os desafios característicos da rotina escolar. Segundo Grollman (1990, p.91) "quando o adulto dedica algum tempo para mostrar sua confiança na capacidade da criança, está criando uma atmosfera na qual ela é incentivada a valori-

zar suas próprias conquistas".
Os pais possuem um papel fundamental para que a educação transcorra adequadamente. De acordo com Grollman (1990) os pais são fomentadores educacionais, pois quando dizem aos filhos o quanto se orgulham de seu desempenho, provavelmente eles irão se esforçar ainda mais para atingir melhores resultados. Grollman (1990, p.91) traz que é papel dos pais:

- Fornecer auxílio necessário para a criação de melhores hábitos de estudo na vida das crianças em casa, como, por exemplo, especificar um período a ser dedicado aos deveres, assinalar no calendário datas de entrega de trabalhos, manter a criança livre de distrações, tentando criar uma ambientação propícia ao estudo.
- Incentivar hábitos de organização e conservação do ambiente, como guardar os lápis, cadernos, dicionários e outros materiais de escola em um local especialmente destinado para tais materiais;
- Incentivar os filhos a iniciarem seus estudos em um horário em que possam ter um aprendizado eficiente, ou seja, é importante que observem em qual horário o filho apresenta mais interesse pelo estudo, menos sono, mais velocidade no aprendizado etc.
- Participar regularmente das reuniões de "pais e mestres", pois desta forma terá acesso, através do professor, a informações específicas sobre o desempenho escolar de seu filho, possibilitando a formação de conclusões, sobre o empenho, êxito e fracasso dele durante um período do ano letivo. Nos momentos destinados às reuniões escolares, os pais poderão conhecer e manusear os livros utilizados na escola. É neste momento também, que os professores podem estabelecer uma comunicação com os pais, a fim de juntos poderem elucidar esforços para ajudar a superar expectativas educacionais, assim como suprir dificuldades específicas de cada criança.
- Informar os professores a respeito de qualquer problema pelo qual a família ou o filho esteja passando, pois quando a criança passa por alguma crise familiar, geralmente apresenta dificuldade de concentração, ansiedade, insegurança, comportamento indiferente ao professor, entre outros. É importante que os pais comuniquem aos professores qualquer fator (doenças, divórcio, entre outros) que possa gerar diferenças de comportamento (queda brusca de nota, queda na participação da aula, isolamento etc) por parte dos alunos, visto que tais fatores podem modificar o andamento da rotina escolar.

De acordo com Grollman (1990) é necessário prevenir o professor de seu filho quando houver mudanças significativas na rotina familiar. Ressalta que, quando diz mudança significativa, não está se referindo apenas às mais óbvias, como algum falecimento, mas, também, mudanças que para os adultos podem parecer irrelevantes, mas para as crianças são fundamentais, por exemplo, quando os pais modificam o horário de trabalho (da manhã para a noite), os filhos podem manifestar ansiedade, já que, agora, os pais não estão mais próximos como de costume.
Grollman (1990) traz que os filhos refletem de maneira negativa ou positiva os acontecimentos do contexto familiar, pois, em geral, a criança ainda não possui a capacidade de separar problemas de ordememocional, vividos em casa, do ambiente escolar. Com isso, pode vir a comprometer seu processo de aprendizagem.
O bom desempenho escolar deve ser assunto para toda a família, conforme os pais transparecem para a criança que sua educação é de extrema importância, esta se torna satisfeita com si mesma e se esforça para superar tanto as expectativas dos pais, quando suas próprias (GROLLMAN, 1990).

Família e Escola: Parceiras no Processo Escolar

Segundo Laroca (1999 p.19):

se por um lado " […] as famílias esperam da escola o auxílio de que precisam para ajudar os filhos a resolverem impasses e dificuldades", por outro, "[…] A escola nutre também expectativas de que a família proporcione o mínimo de sustentação […] para que o aluno seja bem sucedido na escola".

É necessário ter em mente que família e escola devem trabalhar em conjunto em prol do desenvolvimento e aprendizagem dos filhos/alunos, de maneira colaborativa, participativa e engajada. A escola deve possuir toda estrutura para receber as crianças e atender as suas diversas demandas e a família não pode se abster de sua importância no processo de aprendizagem da criança.
É importante ressaltar que um aspecto facilitador para a aprendizagem da leitura e da escrita é a familiaridade que as crianças possuem com a oralidade do seu idioma e com as palavras. Nota-se que crianças que possuem um ambiente estimulador em casa

para a leitura e escrita possuem mais facilidade não apenas na alfabetização, mas também na aprendizagem escolar como um todo, que somada ao longo dos anos escolares, contribui imensamente para o bom desenvolvimento escolar.
Dessa forma, é de suma importância que haja estímulo em casa e este deve começar desde a mais tenra idade. É necessário, também, levar em consideração a importância da aprendizagem a partir da observação e do exemplo, ou seja, é necessário que a família da criança leia, inclusive para ela, mostrando-lhe o livro e as palavras, num ambiente aconchegante, para que a atividade se torne prazerosa, entusiasmante e agradável para a criança, sentindo-se motivada para realizar a atividade de leitura nos mais variados espaços que convive. Quando os primeiros passos na jornada da leitura forem dados, é importante que haja ajuda e incentivo dos pais, tornando-os assim, inteiramente participantes dos processos de alfabetização do filho, contribuindo para o seu futuro positivo como aluno.
Segundo Machado (1994) a aquisição e o desenvolvimento do processo de leitura e escrita nas séries iniciais da alfabetização está diretamente relacionado à vivência familiar da criança, sua experiência de vida, sua interação social na sala de aula e no lar. Segundo Machado (1994, p.105) "a participação da família na vida escolar do aluno é, assim, um dos fatores determinantes do sucesso escolar".
Machado (1994, p.105) nos aponta que:
o acompanhamento da vida escolar dos filhos/alunos realizado pelos pais refere-se à orientação a vida escolar do filho, demonstrando interesse pelo seu desenvolvimento, verificando os cadernos, estabelecendo horário para o estudo em casa, conversando sobre as atividades de classe e extra-classe, procurando compreender o relacionamento com os colegas e professores, comparecendo às reuniões da escola e nelas atuando ativamente, enfim, participando do processo pedagógico de alfabetização de seus filhos, já que espaço para isso eles têm, principalmente através da Associação de Pais e Mestres. Por "Para Casa" entendem-se as tarefas e problema designados pelos professores para os alunos resolverem em horário não letivo, geralmente em casa.

Segundo Bernardino os pais podem favorecer o processo de alfabetização dos filhos, não ensinando formalmente a criança ler e escrever, sendo esta a função do professor, porém tornando o ambiente propício ao aprendizado da leitura e da escrita. Bernardino (2016) aponta que:

Os pais podem tornar o ambiente de convivência da criança repleto de atos de leitura e escrita, de forma a inseri-la desde cedo no mundo das letras. Em suma, deixar o ambiente doméstico mais alfabetizador. Isso acontece quando, por exemplo, a mãe deixa bilhetinhos na porta da geladeira, apontando a finalidade do ato para a criança: vamos deixar esse recadinho para o papai avisando-o que iremos nos atrasar para o jantar ou quando, antes de começar um novo jogo (de tabuleiro, por exemplo), ela propõe ao filho que eles leiam as regras juntos.

Quando a criança é inserida em atividades rotineiras de seu cotidiano, ela acaba percebendo a real função da escrita e da leitura, e como elas são importantes para a vida. E, dada sua curiosidade nata, ela vai querer participar cada vez mais e buscar o conhecimento dos pais. Segundo Bernardino (2016):
A criança que cresce em constante contato com a leitura e a escrita acaba se apropriando da língua escrita de maneira mais autoral e adquirindo experiências que vão fazer a diferença na hora de aprender ler e escrever efetivamente. Isso explica o fato de, numa mesma sala de 1º ano, professores se depararem com algumas crianças praticamente alfabetizadas e outras que sequer entendem a função do bilhetinho na porta da geladeira ou que a linguagem escrita se relaciona com a oral, porque viveram experiências muito discrepantes em casa.

Machado (1994) nos traz que a Associação de Pais e Mestres é um dos caminhos para um maior entrosamento entre pais e professores, podendo ser um objeto de pesquisa, procurando-se mostrar sua funcionalidade, seu grau de importância como espaço institucionalizado de participação da família no processo educacional formal, assim como o Conselho de Escola. Esses órgãos parecem esquecidos, e são instrumentos que possibilitam uma verdadeira e necessária aliança família-escola.

Segundo Machado (1994, p.116):

É, pois, na relação de pais e filhos como companheiros de viagem rumo ao desenvolvimento completo do ser, passando pela escola, que acreditamos estar o verdadeiro objetivo da educação, da vida, nosso ponto de partida e de chegada para a construção do conhecimento.

A alfabetização é um processo importantíssimo para

o caminho da aprendizagem e desenvolvimento ao longo da vida do ser humano em nossa sociedade, no qual as duas entidades mais presentes no início da vida das crianças– escola e família – devem estar presentes de maneira a se completarem, trabalhando em prol do desenvolvimento e aprendizagem, visando o futuro de nossas crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como proposta uma reflexão a respeito da importância da parceria entre escola--família-comunidade entendendo que, certamente, para desenvolver crianças e jovens integralmente, de nada adianta a escola trabalhar sozinha, sem a colaboração, a participação e o diálogo com a comunidade, em geral, e principalmente com as famílias.

A família se configura como sendo a primeira instância de socialização
em que os indivíduos convivem e recebem ensinamentos que podem ou não serem levados pelo resto de suas vidas. Portanto, antes mesmo deingressarem na escola, os indivíduos já absorvem valores, costumes, aprendizados informais e até mesmo formais. As escolas, ao receberem estes indivíduos, devem partilhar de todas estas informações junto às famílias, que devem estar abertas para discutir com os profissionais escolares como é a vida dos filhos fora dos muros da escola, informando dados concretos sobre dificuldades de aprendizagens anteriores, relacionamento social, rotina de vida familiar, etc. Como foi mencionado na segunda abordagem deste trabalho "A importância da família na vida escolar dos filhos", é necessário informar os professores ou outros funcionários da escola a respeito de qualquer problema pelo qual a família ou o filho esteja passando, pois tais informações podem ser cruciais para que o professor compreenda os comportamentos adversos de seus alunos, auxiliando- os de modo que seu desenvolvimento escolar não seja prejudicado.

A partir das informações transmitidas pelas famílias, a escola deve planejar um trabalho educativo de modo a ampliar os conhecimentos dos alunos, acrescentando novos saberes até então desconhecidos por eles. Desta forma, a escola cumpre com sua função social.

Para garantir uma educação de qualidade, é necessário que a escola e a família tenham um único diálogo com o mesmo objetivo, lutar em prol de uma única causa: garantir educação de qualidade para todos. Entretanto, para que isso aconteça, é necessário que escola e família saibam suas funções com relação à educação dos filhos/alunos e que cumpram estas funções com responsabilidade e comprometimento.

A família e a escola devem estabelecer uma relação de colaboração na formação do ser humano. Constata-se que é tarefa primordial tanto dos pais, como da escola formar indivíduos de modo que se tornem cidadãos conscientes,
críticos e autônomos, desenvolvendo valores e concepções que os tornem capazes de interagir no meio em que estão inseridos, assim como contribuir positivamente com este.

Neste trabalho, procurou-se ressaltar a rotina corrida e exaustiva das famílias contemporâneas, que dispendem grande parte de seu tempo diário exercendo atividades profissionais e, muitas vezes, atribuem à escola toda responsabilidade de educar seus filhos.

Muitas vezes, as famílias não possuem conhecimento sobre a importância que exercem na vida escolar dos filhos, no sentido de participar do cotidiano da escola, acompanhar as tarefas escolares, manter contato com professores e outros funcionários da escola, participar da elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Gestão, etc.

Entretanto, assim como traz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, cabe à escola informar e envolver as famílias a respeito da responsabilidade que exercem com relação à educação de seus filhos/alunos; dizer como os pais ou responsáveis devem participar do cotidiano e da vida escolar dos filhos; mostrar a importância da parceria família x escola etc.

Hoje, os filhos, para muitas famílias, não representam mais uma perspectiva de aumento da renda familiar, um meio de vencer as inseguranças no momento da velhice ou, em casos de famílias mais favorecidas, a garantia de sucessão. As famílias contemporâneas investem nos indivíduos almejando objetivos diferenciados de épocas passadas, como garantir sua qualidade de vida e sua inserção no mercado de trabalho. Como mencionado na primeira abordagem deste trabalho "A família na sociedade contemporânea", os pais procuram instalar seus filhos da melhor forma possível na sociedade, portanto, preocupa-se em mobilizar estratégias visando elevar ao máximo a competitividade e as chances de sucesso destes. Neste sentido, as famílias reconhecem a escola como sendo a instância

primordial que viabiliza a legitimação destes novos objetivos.
Porém, é importante ressaltar que uma proposta pedagógica dequalidade não garante bom rendimento escolar dos alunos, para que este seja alcançado é de fundamental importância o acompanhamento contínuo das famílias na vida escolar dos filhos, que se sentem estimulados com tal postura.
É importante que os profissionais escolares, as famílias e a comunidade, percebam que, para obter educação de qualidade, todos devem participar e se envolver com o processo educativo das crianças e jovens.
Com o trabalho executado, espera-se ter contribuído de forma positiva com os leitores, possibilitando reflexões sobre o importante papel que a presença da família exerce na vida escolar dos filhos, favorecendo de maneira positiva seu processo de escolarização e de alfabetização, constituindo uma educação de qualidade em prol da garantia do direito à educação e formação de sujeitos autônomos, participativos e críticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Código Civil. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Ministérios das Comunicações, 1988.

. Ministério da Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente. 8069/90. Brasília. MEC. 2004.

. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BERNARDINO. J. 11 Maneiras de ajudar na alfabetização do seu filho em http://educarparacrescer.abril.com.br/aprendizagem/ajudaralfabetizacao-seu- filho-470463.shtml. Acesso em 28 Nov. 2016.

FERNANDES, A. O saber em jogo. Porto Alegre: Artmed, 2001. GENOFRE, R.
M. Família: uma leitura jurídica: a família contemporânea em debate. São Paulo. EDUC/Cortez, 1997.

GROLLMAN, E. A.; SWEDER, G. L. Pais que trabalham fora: como conciliar com sucesso filhos com carreira. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

LAROCCA, Priscila. A psicologia na formação docente. Campinas 1999, p. 19. Editora Alínea.

LÜCK,H. A evolução da gestão el em http://progestaoead.files.wordpress.com/2009/09/a-evolucao-da-gestao- educacional-h--luck.pdf. Acesso em 26 Out. 2016.

. H. Sentido e formas da participação em processos de gestão. In: A gestão participativa na escola / Série Cadernos educacional, a partir de mudança paradigmática. Disponível Gestão. - N. 3 - São Paulo: Vozes, s/a.

MACHADO, E. M. A participação dos pais no processo de alfabetização: acompanhamento de estudo. Uberlândia, Dissertação de Mestrado. UFU, 1994.

MIRANDA, L.L. Subjetividade: a (des) construção de um conceito. In: SOUZA,
S. J. Subjetividade em Questão. Rio de Janeiro: 7letras, 2000.

NOGUEIRA, M.A. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas, 2005.

RESENDE, T.F. “Coragem para a luta”: desafios e potencialidades da relação escola-famílias. In: Cadernos Cenpec/Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. - N.6 (2009) - São Paulo: CENPEC, 2006.

RIGONATTI, S.P. et tal. Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica. São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica, 2003.

ROMANELLI, G. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. Família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/ Cortez, 2005.

SZYMANSKI, H. Práticas educativas familiares: A família como foco de atenção psicoeducacional. In: Rev. Estudos de Psicologia, PUC – Campinas, v.21, n.2, p.5-16, maio/agosto 2004.